

RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA EXERCÍCIO 2013

Senhores acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, do parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

INSTITUIÇÃO

A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, empresa pública pioneira no segmento de informática é uma sociedade de economia mista, de capital fechado tendo como acionista majoritário o Estado do [Paraná](#), criada pela Lei Estadual 4.945 de [30 de outubro](#) de [1964](#), e constituída por escritura pública lavrada em [5 de novembro](#) de 1964, tem como missão **prover Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação que permitam melhorar o Desempenho da Gestão Pública e Qualidade de Vida do Cidadão permanente**. Atua fortemente pautada nos seus valores – comprometimento, compartilhamento, respeito ao interesse público e inovação, geridos conforme seu eixo de atuação: colaboradores, clientes, parcerias institucionais, órgãos de controle e sociedade paranaense.

Vários fatores diferenciam a CELEPAR das demais empresas que atuam no mesmo segmento, como:

- Garantia de continuidade na prestação dos seus serviços;
- Segurança na manutenção e operação das bases de dados;
- Integridade e Integração de sistemas e informações de interesse do [Governo do Estado](#) e de cada órgão individualmente;
- Integração das diferentes tecnologias de diferentes fornecedores, provendo a melhor solução para o [Governo do Estado](#);
- Atuação conjunta com os órgãos públicos na melhoria dos serviços oferecidos ao cidadão.

DESEMPENHO

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

MERITOCRACIA E POLÍTICA DE GESTÃO DE DESEMPENHO

Como atividade relevante no ano de 2013 houve a consolidação do primeiro ciclo de monitoramento dos empregados resultante da Política de Gestão de Desempenho iniciada em 2012, após a implantação do PCCR – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração .

A atual política de Gestão de desempenho tem seu foco em competências que estão estruturadas em 4 Dimensões: Organizacional, Funcional, Pessoal e Resultados e que são monitoradas por meio da observação de evidências, ou seja ações e comportamentos observáveis.

Os ciclos de monitoramento abrangem todos os empregados, privilegiando o desenvolvimento das competências e crescimento na carreira dos mesmos, a meritocracia e o acompanhamento dos resultados de trabalho para a Celepar. Mediante encontros obrigatórios entre gestores e empregados são realizados os chamados Pontos de Controle que têm como o objetivo estimular o feedback contínuo

No ano de 2013 o processo foi aplicado a 998 empregados, resultando em 445 movimentações de empregados em suas respectivas carreiras, o que trouxe um incremento real de salários na ordem de 2,45% da folha total (base dezembro/2012)

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Com o objetivo de manter o corpo funcional preparado, tendo em vista a exigência de mercado cada vez mais complexa, a característica da Companhia no que tange ao desenvolvimento da Tecnologia de Informação e Comunicação para o Estado do Paraná e ainda, buscando manter uma Política contínua de desenvolvimento de competências, a Celepar investiu na capacitação de seus empregados o valor de R\$ 1.002,767,65 com 1026 participações em 259 cursos ofertados.

SERVIÇOS

Conforme proposto no plano de Governo, a Celepar está focada na inovação como fator de competitividade e desenvolvimento, direcionando os recursos e seus investimentos para provimento das condições necessárias para o avanço da Tecnologia no Estado. Dentro dessa premissa e da busca em prover soluções de TIC que permitam melhorar o desenvolvimento da gestão pública e a qualidade de vida do cidadão paranaense.

Desenvolvimento de Soluções

No ano de 2013 foram concretizados vários projetos de desenvolvimento de soluções e iniciados outros tantos, com objetivo de atender as necessidades dos cidadãos e do Governo do Estado, conforme descritos abaixo.

A Celepar possui em seu quadro aproximadamente 1100 empregados e disponibiliza 340 desses profissionais para atender prioritariamente a área de desenvolvimentos de soluções. A Celepar mantém em torno de 900 sistemas de informação, permitindo ao Governo do Estado desenvolver suas atividades e prestar serviços aos cidadãos.

É de responsabilidade da CELEPAR realizar atualizações tecnológicas, alterações legais e prover inovações nos sistemas de informação, direcionando cerca de 80% de seus profissionais desenvolvedores, para atender essas demandas, onde os demais profissionais são direcionados para o desenvolvimento de novos projetos, onde as principais realizações em 2013 são as seguintes:

DETRAN

- **Renovação Automática da CNH**

Solução de Implantação da Renovação Automática da CNH, com carta Aviso de Renovação para os condutores, pagamento de guia e agendamento de Exame Médico pela internet.

- **GIT–Gestão de Infrações de Trânsito**

Novo sistema web de Gestão de Infrações de Trânsito, parametrizado e multi órgãos.

- **Abertura da Arrecadação Bancária**

Implantação da Abertura da Arrecadação bancária do Detran/PR, e adequações estruturais nos sistemas de Controle da Receita (DCR), Integração bancária (Acompag), Licenciamento Anual e pagamentos on-line, ampliando as integrações com o Banco do Brasil.

SEAE



- **Projeto Espaço Cidadão**

No total são aproximadamente 400 Espaços Cidadão, sendo que 60 novos Espaços Cidadão foram implantados em 2013, implementada nova versão do Sistema de Gestão deste projeto, associado a Solução de Business Intelligence, fornecendo informações estratégicas.

- **Programa Rede 399**

Consolidação do Projeto que abrange 399 municípios do Paraná, com a possibilidade de infraestrutura de acesso a internet diferenciada, provendo avanço para a gestão municipal.

SESP

- **GDL-Gerenciamento de Laudos da Criminalística**

Implantação do Sistema que controla o fluxo da emissão de laudos no Instituto de Criminalística do Paraná.

- **Controle de Registros Criminais**

Solução para Registro e Emissão de Atestados de Antecedentes Criminais.

- **Controle de Pessoas Desaparecidas**

Sistema da Polícia Civil, que controle pessoas desaparecidas.

SEEG/Casa Civil

- **GIR-Gestão Integrada de Relacionamento**

Permite integração estratégica dos compromissos do Governo do Estado, com recursos de Agenda Integrada, Gestão de relacionamentos, Bases Cadastrais de pessoas e autoridades, Solicitações de Ações e Demandas.

- **Sistema de acompanhamento de Metas de Governo - SAPM**

Solução *de Business Intelligence* para monitoramento e avaliação das ações governamentais, com dados de acompanhamento do Plano Plurianual, da Lei Orçamentária Anual.

SESA

- **GSUS–Sistema de Gestão da Assistência de Saúde do SUS**

Disponibilizar a solução nos Hospitais administrados pelo Governo do Estado.

PGE

- **Sistema de Protesto de Dívida Ativa**

Solução para cobrança extra judicial das certidões de dívidas ativas do Estado selecionadas pela PGE.

- **SIPRO – Sistema de Processos Judiciais da PGE**

Sistema de processos judiciais do Estado, que permite gestão de produtividade de procuradores, com otimização e padronização das rotinas administrativas.

- **B.I. de Dívida Ativa e de Processos Judiciais**

Solução de Business Intelligence de Dívida Ativa e de Processos Judiciais, permitindo a gestão estratégica.

SEJU

- **Sistema de Gestão de Recursos Financeiros**

Solução que permite a gestão do processo de prestação de contas dos recursos financeiros recebidos pelas entidades estaduais.

- **Sistema de Controle de Multas do Fundo Penitenciário do Paraná.**

Sistema gestor de multas dos processos penais, destinadas ao Fundo Penitenciário do Pr–FUPEN.

- **Central de Vagas**

Solução de gestão de fila de presos para as penitenciárias estaduais oriundos das Delegacias de Polícia ou de outras Unidades Penais. Integrado aos Sistemas de Mandados de Prisão, Identificação Civil, Registro Policial (SRP) e Prisional da SEJU/DEPEN.

- **B.I.s da SEJU**

Desenvolvimento de Soluções de Business Intelligence: Acessibilidade, Briefing SEJU, Central de Vagas, Drogas, Habeas Corpus, Habeas Corpus STJ, Inquéritos MPF, ODM - Objetivos do Milênio, Pessoas Vulneráveis, Presos Estudando, Procon-PR, Pronatec, Recursos Humanos - Estrutura SEJU, SIGEP Brasil (Sistema Integrado de Execução Penal com informações de todos os Estados do Brasil), Mulheres Encarceradas e Presos Estrangeiros, SIGEP Paraná (Sistema Integrado de Execução Penal com informações da SEJU e SESP), Presos Estrangeiros, SIGEP Semiaberto e Trabalho Escravo.

SEEC

- **SIC-Sistema de Informações Culturais**

Portal de Sistemas de Informação da Cultura.

- **Museu Orcar Niemayer-ERP Financeira e Bilheteria**

Disponibilização de ERP Financeiro e de Bilheteria do MON

SETI

- **Implantação do GSUS em Hospitais Universitários**

Disponibilização da solução de Gestão da Assistência de Saúde do SUS (GSUS) no Hospital Regional Universitário dos Campos Gerais e no Hospital Universitário de Maringá.

- **Sistema de Ciência e Tecnologia**

Sistema de captação de dados de Pesquisadores e Pesquisas das Universidades e Solução de Business Intelligence para análise gerencial.

SEFA/CRE

- **Sistema de cobrança do ITCMD**

Implantação da Solução que processa informações de doações do imposto de Renda da Pessoa Física, da Receita Federal, em 2009 e 2010.

- **Cobrança de débitos de IPVA em atraso**

Sistema web de cobrança de débitos de IPVA em atraso, tratando grandes devedores.

- **Solução da cobrança de débitos de ICMS através da Autorregularização**

Solução web de gestão dos procedimentos de Autorregularização de débitos pelos contribuintes do ICMS, com dados de indícios de sonegação fiscal do ICMS, possibilitando Autorregularização e justificativa do contribuinte.

- **Projeto Phoenix – Bases de Dados de Inteligência Fiscal**

Projeto e criação de bases de dados analíticas de documentos fiscais da Receita Estadual - soluções de Business Intelligence.

- **DTE-Domicílio Tributário Eletrônico**

Implantação do Domicílio Tributário Eletrônico-DTE para a notificação e ciência de pareceres e decisões prolatadas pela Receita Estadual em processos de natureza não tributária.

SEED

- **Registro de Classe Digital**

Sistema que disponibiliza para os docentes o registro online de frequências, notas e conteúdos ministrados em aula, integrado com os Sistemas Registro Escolar e de Administração Escolar. Solução associada a disponibilização de tablets para os docentes.

- **Ordem de Serviço**

Solução permite aos professores do Quadro Próprio do Magistério e do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, solicitar eletronicamente a transferência temporária do seu local de exercício.

- **Consulta Escolas**

Nova versão do Sistema que disponibiliza à comunidade informações sobre as Escolas do Paraná de educação básica, compreendendo a rede pública e particular, com mapas e informações agregadas.

- **Obras Online**

O sistema de gestão dos pedidos de reparos e melhorias nos prédios utilizados pelas escolas da rede estadual de ensino.

SEAP

- **SEAP e PRPREVIDÊNCIA-Âmbito Recursos Humanos**

Atualização tecnológica do Meta4. Desenvolvimento e implantação da mudança da forma de pagamento para os quadros da Polícia, introduzindo o conceito de subsídio.

- **SEAP-Âmbito Administrativo**

E-Protocolo – Solução web para gestão de processos. Desenvolvimento do Módulo de Contratos para o Sistema GMS. Evolução dos sistemas administrativos - Gestão de Patrimônio Imóveis, Gestão de Materiais e Serviços e Central de Viagens. Disponibilização de Solução de Business IntelligenceI para Central de Viagem e Patrimônio.

FOMENTO PARANÁ

- **BI da Fomento Paraná**

Solução de Business Intelligence dos principais programas e projetos de financiamento oferecidos pela FomentoParaná.

SEAB

- **ADAPAR-Vacinação de Febre Aftosa Online**

Comprovação de vacinação online para comerciantes de vacina de aftosa e dos produtores de bovinos e bubalinos.

- **ADAPAR-Módulo "Morcegos Hematófagos"**

Implantação do módulo "Morcegos Hematófagos" com o cadastro de Abrigos e Locais de Controle no sistema SDSA.

- **ADAPAR-Emissão de Permissão do Trânsito Vegetal**

Nova versão do sistema CFO com emissão e consulta pública de Permissão do Trânsito Vegetal para responsáveis técnicos habilitados.

INFRAESTRUTURA

Tecnológica

• Implementações

No ano de 2013 foram concretizados diversos projetos de infraestrutura tecnológica que tiveram seus projetos iniciados na atual gestão. Estes empreendimentos são fundamentais para assegurar níveis de serviços adequados às atividades do governo e, principalmente aos serviços prestados diretamente à população. A seguir estão relacionados alguns dos empreendimentos citados:

- Início de operação do novo Datacenter corporativo do Estado do Paraná, com uma sala cofre de 269 m², com certificação Tier III.
- Implantação de Rede Social corporativa, voltada ao compartilhamento de conhecimento entre colaboradores. No ano de 2013 foi implantada a solução no âmbito da Celepar, como preparação para futuro lançamento para utilização pelos clientes da empresa.
- Avaliação da empresa no programa de melhoria do processo de software brasileiro MPS.BR no nível de maturidade G.
- Suporte tecnológico ao Conselho de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná, por meio de avaliação técnica de todos os projetos submetidos ao Conselho pelos órgãos do executivo Estadual.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

1. CONTRATOS X FATURAMENTO

Ação	2010	2011	2012	2013
Número contratos	71	86	102	108
Valor Faturamento	R\$ 126.866.391,56	R\$ 176.501.214,86	R\$ 242.674.468,39	R\$ 235.167.565,35

2. RECEITA DA EMPRESA

A Receita Bruta consolidada no exercício de 2013 foi de R\$ 235.168 milhões, resultando em uma redução de 3,09% em relação ao exercício de 2012, com Receita Líquida de R\$ 200.071 milhões, com Lucro Operacional Bruto antes do Imposto de Renda e Contribuição Social de R\$ 59.638 milhões e Lucro Líquido do Exercício de R\$ 24.860 milhões.

O desempenho do exercício reflete a boa execução para conclusão e continuidade da estratégia de gestão em relação à administração e acompanhamento dos contratos com clientes, para a execução e inclusão de novos serviços, possibilitando a geração e manutenção da política de resultados que possibilitem a continuidade de investimentos.

3. CUSTOS E DESPESAS

Os custos dos serviços prestados apresentaram ligeira elevação em relação aos exercícios anteriores, todavia, com a otimização dos gastos, a empresa conseguiu aumentar a prestação de novos serviços e, como resultado do planejamento e da gestão, incrementou de maneira muito significativa a sua produtividade.

4. INVESTIMENTOS

Os investimentos efetivados em 2013 foram da ordem de R\$ 24.125 milhões, sendo: R\$ 1.520 milhões em aquisição de Equipamentos de Informática; R\$ 1.737 milhões na compra de Softwares; R\$ 19.919 milhões em Obras e Construções diversas e R\$ 949 mil em Infraestrutura e Outros Equipamentos.

5. INCENTIVO CULTURAL

A CELEPAR tem conciliado suas atividades finalísticas com o incentivo ao desenvolvimento cultural do Estado. Desta forma a empresa, conforme legislação vigente, tem destinado parte dos recursos devidos ao ISS para o incentivo de projetos culturais.

Em 2013 a empresa destinou R\$ 2.236.241,27 (dois milhões duzentos e trinta e seis mil duzentos e quarenta e um reais e vinte e sete centavos) para os projetos aprovados pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura (Lei complementar nº 57 de 08 de dezembro de 2005). A CELEPAR realizou ainda patrocínios de projetos culturais voltados para o Incentivo Fiscal Federal (Lei Rouanet – 8.313 de 23 de dezembro de 1.991) no valor de R\$ 143.085,00 (cento e quarenta e três mil oitenta e cinco reais).

6. ANÁLISE DOS QUOCIENTES

6.1. ÍNDICES DE LIQUIDEZ

6.1.1. Liquidez Corrente

Houve um aumento deste índice em relação ao exercício anterior na margem de 0,37 passando de 2,36 em 2012 para 2,73 em 2013. Este quociente indica que a empresa vem apresentando situação favorável, independente de análise detalhada em relação aos prazos de vencimento das obrigações, indicando existência de Capital Circulante Líquido indispensável para execução de novos investimentos.

6.1.2. Liquidez Geral

Este índice também apresentou um aumento em relação a 2012, partindo de 2,40 para 2,72 em 2013, significando um aumento de recursos no seu Ativo Circulante.

6.2. ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

6.2.1. Grau de Endividamento

Este índice apresentou pequena redução em relação ao Exercício anterior, ou seja, apresentou 39,69% em 2012 e 32,12% em 2013, indicando que a empresa adota políticas seguras na gestão de seus compromissos de curto e longo prazos.

6.3. ÍNDICES DE RENTABILIDADE

6.3.1. Margem Bruta

Este índice apresentou uma redução, comparativamente ao Exercício anterior, na ordem de 14,14% passando de 43,95% para 29,81%, ocasionada pela oscilação dos custos já citados anteriormente.

6.3.2. Margem Operacional

Este índice apresentou redução da ordem de 13,17 % em relação ao Exercício anterior, partindo de 31,56% em 2012 para 18,39% em 2013.

6.3.3. Margem Líquida

Este índice apresentou uma redução na ordem de 8,81% em relação ao Exercício anterior, partindo de 21,24% para 12,43%.

6.3.4. Rentabilidade dos Capitais Próprios

No Exercício de 2013 a empresa auferiu R\$ 0,16 (dezesesseis centavos) de lucro para cada R\$ 1,00 (Hum real) de Patrimônio Líquido em relação ao exercício de 2012 que foi na ordem de R\$ 0,36 (trinta e seis centavos).

6.3.5. Imobilização do Patrimônio Líquido

Este quociente no Exercício de 2013 foi de 44,64%, apresentando um aumento de 0,27% em relação ao exercício anterior que foi de 44,37. Este quociente revela que para cada R\$ 100,00 (Cem reais) do Patrimônio Líquido a empresa imobilizou R\$ 44,64 (quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), que indica a existência do Capital Circulante Próprio para financiar parte do capital de giro, constituindo ponto muito positivo para a situação financeira da empresa.

6.4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Após a análise e interpretação dos quocientes econômicos e financeiros, calculados com base no Balanço Patrimonial, e na Demonstração do Resultado do Exercício da CELEPAR, levantados em 31 de dezembro de 2013, temos as seguintes considerações:

6.4.1. Endividamento

A Sociedade demonstra uma preponderância dos Capitais Próprios sobre os Capitais de Terceiros, pela margem existente entre as obrigações de longo prazo e curto prazo e pela não imobilização total dos Capitais Próprios, revelando a existência de relativa liberdade financeira para tomada de decisões. Na composição do Endividamento, a CELEPAR concentrou 97,63% de suas obrigações a curto prazo, ficando portanto 2,37% a longo prazo.

6.4.2. Liquidez

Considerando a solvência, a empresa evidencia números que favorecem a governabilidade, apresentando situação financeira sólida que garante o cumprimento de seus compromissos de curto e de longo prazos.

6.4.3 Econômica

Em conformidade com as informações apresentadas e os investimentos em expansão, percebe-se claramente que a sociedade encontra-se no caminho do progresso com uma aguda tendência de crescimento e um panorama favorável que garante de maneira sólida a continuidade de suas operações.

CONCLUSÃO

Em síntese, 2013 foi o ano de continuidade na consolidação pela CELEPAR da oferta de serviços, ampliando seus investimentos, notadamente com a implantação e início da operação do novo Datacenter, desenvolvimento de novas tecnologias, capacitação de seu quadro técnico, expansão do conhecimento tecnológico e apoio técnico à inclusão dos paranaenses aos meios digitais, seguindo à risca as diretrizes de governo que prevêm a modernização dos serviços prestados pelo Estado e que têm na tecnologia da informação e comunicação o meio para o cumprimento das metas estabelecidas. Estas condições foram possíveis, com a consolidação do CIIE – Centro Integrado de Informações Estratégicas composto dos seguintes ambientes: GGI - Gabinete de Gestão de Informações, instalado no Palácio Iguazu e as Salas de Situação instaladas na CELEPAR e na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – Palácio das Araucárias.

AGRADECIMENTOS

Aos funcionários e colaboradores, aos acionistas, clientes, fornecedores e todos que contribuíram e foram fundamentais para o atingimento dos resultados ora apresentados, agradecemos sinceramente.

Curitiba: abril de 2014

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em R\$ 1,00)

ATIVO

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4)	9.239.634	8.006.009
Contas a Receber de Clientes (nota 5)	115.921.641	95.962.860
Impostos a Recuperar (nota 6)	1.729.202	1.562.987
Adiantamentos e Empréstimos a Empregados	607.835	327.044
Almoxarifado	613.341	553.247
Outros Créditos	309.399	330.274
Impostos Diferidos (nota 7)	2.405.742	3.375.025
Despesas Antecipadas	137.579	142.460
	<u>130.964.373</u>	<u>110.259.906</u>
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo (nota 8)		
Obrigações Eletrobrás	19.576	18.438
Depósitos Judiciais	2.937.756	2.937.950
PR Previdência	-	640.555
	<u>2.957.332</u>	<u>3.596.943</u>
Investimentos	423.415	419.021
Imobilizado (nota 9)	61.476.629	44.691.365
Intangível (nota 10)	6.433.549	7.881.093
	<u>71.290.925</u>	<u>56.588.422</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>202.255.298</u>	<u>166.848.328</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em R\$ 1,00)

PASSIVO

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
CIRCULANTE		
Fornecedores	12.058.860	7.476.578
Obrigações Sociais e Trabalhistas (nota 11)	12.317.448	11.385.448
Obrigações Fiscais e Tributárias (nota 12)	5.439.729	4.107.274
Provisão para Demandas Judiciais (nota 13)	5.761.412	8.805.584
Dividendos e Juros s/Capital Próprio (nota 15 e 17.4)	11.722.659	14.682.880
Outras Obrigações	758.844	248.933
	<u>48.058.952</u>	<u>46.706.697</u>
NÃO CIRCULANTE		
Depósitos em Caução (nota 16)	1.114.180	698.263
	<u>1.114.180</u>	<u>698.263</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 17)		
Capital Social	83.068.100	62.698.100
Reservas de Capital	4.541.440	3.370.358
Reserva Legal	6.356.259	5.113.248
Reserva de Lucros	59.116.367	48.261.662
	<u>153.082.166</u>	<u>119.443.368</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>202.255.298</u>	<u>166.848.328</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO
(Em R\$ 1,00)**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Serviços Prestados	235.167.565	242.674.468
(-) Deduções da Receita Bruta	<u>(35.096.963)</u>	<u>(37.560.646)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>200.070.602</u>	<u>205.113.822</u>
Custo dos Serviços Prestados	<u>(140.432.695)</u>	<u>(114.958.194)</u>
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	<u>59.637.907</u>	<u>90.155.628</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Gerais e Administrativas	(20.781.104)	(23.387.123)
Despesas Financeiras (nota 21)	(5.918.732)	(4.459.872)
Receitas Financeiras (nota 21)	2.047.392	5.982.285
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	<u>1.812.700</u>	<u>(3.552.367)</u>
	<u>(22.839.744)</u>	<u>(25.417.077)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E CSLL	<u>36.798.163</u>	<u>64.738.551</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 14)	(11.937.942)	(21.163.281)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>24.860.221</u>	<u>43.575.270</u>
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio (nota 15)	5.818.356	4.333.753
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>30.678.577</u>	<u>47.909.023</u>
Lucro do Exercício por Lote de Ações do Capital Social (Em reais)	<u>0,299</u>	<u>0,695</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO COM
EVIDENCIAÇÃO DOS OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em R\$ 1,00)**

	Reservas de Capital		Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido Total	Resultado Abrangente Total
	Capital Social	Incentivos Fiscais/JCP	Reserva Legal	Reserva Especial de Lucros			
Em 31 de dezembro de 2011	53.509.360	3.396.433	2.934.484	19.181.536	-	79.021.813	21.401.966
Ajustes de Exercícios Anteriores				(297.396)	-	(297.396)	(297.396)
Integralização de Capital	9.188.740	(3.188.740)	-	(6.000.000)	-	-	-
Reversão de Provisão de Dividendos	-	-	-	4.330.142	-	4.330.142	-
Reversão de JCP para Reserva de Capital	-	3.162.665	-	-	-	3.162.665	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	47.909.023	47.909.023	47.909.023
Juros sobre o Capital Próprio (nota 15)	-	-	-	-	(4.333.753)	(4.333.753)	-
Destinações Propostas:							
Reserva Legal (nota 17.3)	-	-	2.178.764	-	(2.178.764)	-	-
Dividendos (nota 17.4)	-	-	-	-	(10.349.126)	(10.349.126)	-
Transferencia para Reserva Especial de Lucros	-	-	-	31.047.380	(31.047.380)	-	-
Em 31 de dezembro de 2012	62.698.100	3.370.358	5.113.248	48.261.662	-	119.443.368	47.611.627
Integralização de Capital	20.370.000	(3.162.671)	-	(17.207.328)	-	-	-
Reversão de Provisão de Dividendos (nota 17.4)	-	-	-	10.349.126	-	10.349.126	-
Reversão de JCP para Reserva de Capital (nota 15)	-	4.333.753	-	-	-	4.333.753	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	30.678.577	30.678.577	30.678.577
Juros sobre o Capital Próprio (nota 15)	-	-	-	-	(5.818.356)	(5.818.356)	-
Destinações Propostas:							
Reserva Legal (nota 17.3)	-	-	1.243.011	-	(1.243.011)	-	-
Dividendos (nota 17.4)	-	-	-	-	(5.904.302)	(5.904.302)	-
Transferencia para Reserva Especial de Lucros	-	-	-	17.712.907	(17.712.907)	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	83.068.100	4.541.440	6.356.259	59.116.367	-	153.082.166	30.678.577

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em R\$ 1,00)**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxo de Caixas das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	30.678.577	47.909.023
Ajustes para Reconciliar o Lucro Líquido do Exercício ao Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais:		
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(297.396)
Depreciações e Amortizações (nota 9.b e 10.b)	8.783.171	7.767.610
Valor Residual do Imobilizado Baixado (nota 9.b)	3.705	74.082
Provisão de Impostos Diferidos	969.283	(3.375.025)
(Reversão) Constituição de Provisões para Demandas Judiciais	<u>(3.044.172)</u>	<u>2.220.484</u>
	37.390.564	54.298.778
 (Aumento) Diminuição das Contas do Ativo		
Contas a Receber de Clientes	(19.958.781)	(65.436.968)
Impostos a Recuperar	(166.215)	(803.671)
Almoxarifado	(60.094)	486.302
Despesas Antecipadas	4.881	(109.073)
Depósitos Judiciais	194	(101.291)
Outras Contas a Receber	379.501	1.595.516
 Aumento (Redução) das Contas do Passivo		
Fornecedores	4.582.282	4.820.069
Obrigações Sociais e Trabalhistas	932.000	1.502.546
Obrigações Fiscais e Tributárias	1.332.455	1.133.054
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(2.960.221)	7.190.072
Outras Obrigações	509.911	(59.012)
Depósitos em Caução	<u>415.917</u>	<u>279.042</u>
Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais	22.402.394	4.795.364
 Atividades de Investimentos		
Aplicação em Investimentos	(4.394)	(6.001)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado (nota 9.b)	(22.387.370)	(23.341.526)
Aquisição de Bens Intangíveis (nota 10.b)	<u>(1.737.226)</u>	<u>(9.140.278)</u>
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(24.128.990)	(32.487.805)
 Atividades de Financiamentos		
Reversão de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	14.682.879	7.492.807
Juros sobre o Capital Próprio (nota 15)	(5.818.356)	(4.333.753)
Dividendos Propostos (nota 17.4)	<u>(5.904.302)</u>	<u>(10.349.126)</u>
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	2.960.221	(7.190.072)
 Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1.233.625</u>	<u>(34.882.513)</u>
 Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	8.006.009	42.888.522
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	<u>9.239.634</u>	<u>8.006.009</u>
	<u>1.233.625</u>	<u>(34.882.513)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em R\$ 1,00)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, Sociedade de Economia Mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná, vinculada à Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos - SEAE, tem como objeto à prestação de serviços de consultoria em tecnologia da informação e de gestão, serviços de rede e de comunicação de dados, administração de ambientes informatizados, operação de sistemas, desenvolvimento e manutenção de sistemas e recursos computacionais. Tais serviços são prestados, preponderantemente, aos órgãos da administração direta e indireta do Estado do Paraná.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas, em Reais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, homologados pelos órgãos reguladores e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1 Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando da transferência de direito e dos riscos a terceiros pelos seus valores brutos deduzidos dos impostos sobre serviços.

3.2 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Quando reconhecidos são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores.

Não existem operações na Companhia com características de instrumentos financeiros que possuem valor de mercado distinto dos saldos contábeis.

3.3 Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para os passivos contingentes e realização de ativos. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Foram utilizadas estimativas para contabilizar passivos referentes a demandas judiciais trabalhistas, tributárias e outras ações. (nota 13)

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Este grupo está composto pelo saldo que permanece nos caixas, saldo de contas correntes e aplicações financeiras com prazos de vencimentos originais de até 90 dias. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado”.

3.5 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

A Companhia demonstra o saldo de contas a receber ao custo histórico de valor, sem o registro de atualizações de juros de mora.

A administração da Companhia, com base na taxa efetiva de inadimplência histórica, constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, com relação a contas a receber de clientes vencidos.

3.6 Estoques (Almoxarifado)

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição que é inferior ao valor de mercado.

3.7 Investimentos

São avaliados ao custo de aquisição e reduzidos por provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

3.8 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição ou construção (corrigidos monetariamente até 31/12/1995), deduzidos da respectiva depreciação acumulada, calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota 9.

A Companhia adota procedimentos para assegurar que seus ativos não estejam contabilizados por valor superior àquele passível de recuperação através de uso ou venda, em conformidade com os preceitos estabelecidos pelo CPC 01.

As despesas com manutenção e reparos são contabilizadas como despesas quando não afetam significativamente a vida útil dos bens ou agregadas ao valor do ativo quando contribuem de forma relevante para o aumento do prazo de vida útil das instalações e dos equipamentos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras Receitas (Despesas) Operacionais", na demonstração do resultado.

3.9 Intangível

Os ativos intangíveis com prazo de vida útil definida são amortizados de acordo com tal prazo e, quando apurado algum indício de redução de seu valor recuperável, são submetidos a testes para análise de recuperação. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor recuperável.

3.10 Provisão para Recuperação de Ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.

3.11 Outros Ativos Circulantes e não Circulantes

Um ativo é reconhecido nos balanços quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam a Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, caso contrário, são classificados como ativos não circulantes.

Foram classificados os ativos circulantes e não circulantes considerando-se o período de realização.

3.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e,

subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.13 Provisão para Demandas Judiciais

A Companhia adota os conceitos estabelecidos no CPC 25 sobre provisões, passivos, contingências passivas e ativas na constituição das suas provisões e divulgação sobre assuntos envolvendo litígios e contingências. (nota 13)

As provisões para demandas judiciais são registradas conforme a seguir:

Ativos Contingentes: É um ativo possível que resulta de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos.

Passivos Contingentes: Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia. (i) Quando os passivos contingentes forem prováveis, a Companhia registra o passivo em suas demonstrações financeiras; (ii) para os passivos contingentes considerados possíveis, são apenas divulgados em notas explicativas, e para os passivos contingentes julgados remotos não são registrados e nem divulgados.

3.14 Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, quando aplicáveis, até a data do balanço.

3.15 Tributação

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto Sobre Serviços (“ISS”), Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) às alíquotas vigentes em cada região, sendo seu respectivo valor deduzido do total das receitas de vendas para fins de apuração do resultado.

Os créditos decorrentes da não-cumulatividade do PIS, Cofins são deduzidos do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são apurados de acordo com regime de tributação do lucro real e classificados em corrente ou diferido, conforme a seguir:

Corrente – O Imposto de Renda e a Contribuição Social no Brasil, quando da opção pelo regime de tributação pelo lucro real, são calculados à alíquota de (i) 25% (15% acrescida de adicional de 10% sobre lucro tributável excedente a R\$ 240.000,00) para o Imposto de Renda, e (ii) 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social. A legislação tributária brasileira vigente permite compensar prejuízos fiscais referentes a exercícios anteriores com lucros fiscais correntes, limitado a 30% do lucro tributável de cada exercício.

Diferido – O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados com base em prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição sociais, bem como das diferenças temporárias compostas, principalmente, por provisões relacionadas ao registro de contingências que não são dedutíveis para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social, somente na data de sua realização financeira.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são constituídos em conformidade com o CPC 32 – tributos sobre o lucro, e levam em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração da Companhia.

3.16 Lucro por Ação

O cálculo é efetuado segundo a equação “lucro líquido/quantidade de ações em circulação”. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os lucros podem ser: distribuídos, utilizados para aumento de capital ou composição da reserva de lucros para expansão, com base no orçamento de capital.

3.17 Distribuição de Lucros e Juros sobre o Capital Próprio

A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data

em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2013	2012
Recurso em Bancos - conta corrente	100.478	447.995
Aplicações Financeiras	9.139.156	7.558.014
	9.239.634	8.006.009

As aplicações financeiras estão compostas por NTN-B- Notas do Tesouro Nacional, na Caixa Econômica Federal e Fundo de Renda Fixas de Longo e Curto prazo – Administração Supremo (central de viagem) no Banco do Brasil, sendo a mais relevante à aplicação no BB em Fundo de Renda Fixa a longo prazo, no valor de R\$ 7.349.200 (R\$ 5.848.941 em 2012).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os créditos estão representados, substancialmente, por operação com órgãos do governo Municipal e Estadual.

Com base na taxa efetiva de inadimplência histórica, a administração acredita que nenhuma provisão para créditos de liquidação é necessária com relação a contas a receber de clientes vencidos.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

São registradas as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social relativos aos recolhimentos em regime de estimativa, de acordo com os dispositivos legais.

As retenções das contribuições 4,65% (PIS, Cofins e CSLL) estão registradas nessa rubrica e compensadas mensalmente, exceto a CSLL que está sendo compensada nos meses em que a Companhia apresenta lucros tributáveis. (IN 459 de 18/10/04)

Descrição	2013	2012
Contribuição Social Retida	307.811	211.746
IRPJ a Compensar	-	398.357
Cofins	962.400	673.151
PIS	212.984	150.458
Outros Impostos a Recuperar	246.007	129.275
Total	1.729.202	1.562.987

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os ativos fiscais diferidos apresentaram a seguinte movimentação durante o ano de 2013:

Descrição	2013	Movimentação do Período	2012
Provisão Trabalhistas	1.649.818	(1.050.738)	2.700.556
Provisão Tributárias	56.316	1.615	54.701
Outras Ações	252.746	14.104	238.642
Perdas Estimadas com Créditos de Liquid. Duvidosa	446.862	65.736	381.126
Total	2.405.742	(969.283)	3.375.025

8. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Descrição	2013	2012
Títulos de Crédito		
Obrigações da Eletrobrás	19.576	18.438
Depósitos para Recursos		
Trabalhistas	2.307.888	2.301.401
Judiciais Diversos	629.868	636.549
Outros Créditos		
PR-Previdência	-	640.555
Total	2.957.332	3.596.943

9. IMOBILIZADO

a) Composição

	%	2013		2012
		Custo	Depreciação	Valor
	(*)	Corrigido	Acumulada	Líquido
Terrenos	-	286.465	-	286.465
Edificações	4	11.904.799	(2.494.663)	9.410.136
Instalações	10	38.341.436	(717.358)	37.624.078
Equipamentos	10 e 20	44.824.412	(34.787.320)	10.037.092
Veículos	20	48.800	(48.800)	-
Móveis e Utensílios	10	6.677.899	(2.559.041)	4.118.858
		102.083.811	(40.607.182)	61.476.629
				44.691.365

(*) Taxas anuais de depreciação.

b) Movimentação

	2012		2013			Valor Líquido
	Valor Líquido	Adições	Depreciação	Baixa	Transferências	
Terrenos	286.465	-	-	-	-	286.465
Edificações	9.862.808	-	(452.672)	-	-	9.410.136
Instalações	17.361.586	20.385.137	(122.645)	-	-	37.624.078
Equipamentos	13.511.664	834.119	(4.509.766)	(3.705)	204.780	10.037.092
Móveis e Utensílios	3.668.842	1.168.114	(513.318)	-	(204.780)	4.118.858
	44.691.365	22.387.370	(5.598.401)	(3.705)	-	61.476.629

10. INTANGÍVEL

a) Composição

	%	2013			2012
		Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Aplicativos para Clientes	20	905.564	899.660	5.904	5.904
Sistemas de Suporte	20	27.460.331	21.045.768	6.414.563	7.862.107
Outros Intangíveis		13.082	-	13.082	13.082
		28.378.977	21.945.428	6.433.549	7.881.093

(*) - Taxas anuais de amortização.

b) Movimentação

	2012		2013			Valor Líquido
	Valor Líquido	Adições	Amortização	Baixa	Transf.	
Aplicativos para Clientes	5.904	-	-	-	-	5.904
Sistemas de Suporte	7.862.107	1.737.226	(3.184.770)	-	-	6.414.563
Outros Intangíveis	13.082	-	-	-	-	13.082
	7.881.093	1.737.226	(3.184.770)	-	-	6.433.549

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

<u>Descrição</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Provisão de Férias e Encargos	10.428.461	9.434.735
Previdência Social	1.101.436	1.092.434
Fundo de Garantia por Tempo Serviço	741.684	667.997
Outras Obrigações	45.867	190.282
	12.317.448	11.385.448

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

<u>Descrição</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Cofins a Recolher	1.116.567	911.364
ISS a Recolher	1.374.535	1.104.732
IRRF a Pagar	1.274.392	1.263.145
Previdencia Social sobre a Receita a Pagar	432.762	332.361
IRPJ a Recolher	473.189	-
CSLL a Recolher	332.756	-
Outras Obrigações Tributárias a Recolher	435.528	495.672
	5.439.729	4.107.274

13. PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS

<u>Contingências</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Outras Ações</u>
Saldo Exercício 2012	7.942.812	160.883	701.889
Reversão das Provisões	(7.942.812)	(160.883)	(701.889)
Nova Provisão 2013	4.852.405	165.637	743.370

13.1 Processos Trabalhistas

A Companhia possui processos em andamento, cuja possibilidade de perda foi avaliada por seus assessores jurídicos e classificados de acordo com a deliberação nº 594 da CVM, estando assim distribuídos:

- a) Provável - R\$ 4.852.405 (R\$ 7.942.812 em 2012);
- b) Possível - R\$ 10.340.100 (R\$ 3.582.000 em 2012);
- c) Remota - R\$ 137.170 (R\$ 98.000 em 2012).

13.2 Processos Tributários

A provisão para contingência tributária refere-se ao processo nº 23034.000513/2005-41 F.N.D.E., sendo R\$ 61.901 (sessenta e um mil, novecentos e um reais) de valor original mais multas e juros, totalizando R\$ 165.637 (cento e sessenta e cinco mil, seiscentos e trinta e sete reais), provisionados em 2005 e sendo atualizado pela tabela prática de contribuições em atraso da Previdência Social, até dezembro de 2013.

13.3 Provisão para Outras Ações Cíveis

Consideramos também a probabilidade de perda para outras ações, referente à ação cível, processo nº 7958/2010, sobre rescisão de contrato do aluguel do prédio no valor de R\$ 743.370 (setecentos e quarenta e três mil trezentos e setenta reais), atualizados pelo IPCA de dezembro de 2013.

Existem outros processos cíveis em curso, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, em um montante de R\$ 6.284.600 (R\$ 150.429 em 2012), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização.

14. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia reconheceu no exercício de 2013, com base no lucro real, os montantes de R\$ 8.641.646 (R\$ 15.405.231 em 2012) de provisão para o Imposto de Renda e de R\$ 3.296.296 (R\$ 5.758.050 em 2012) de Contribuição Social, totalizando R\$ 11.937.942 (R\$ 21.163.281 em 2012) em obediência à legislação tributária federal.

A seguir, demonstrativo do cálculo referente ao exercício de 2013:

	CSLL	IRPJ
Lucro antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	36.798.163	33.501.867
(+) Contribuição Social sobre o Lucro	-	3.296.296
(+) Custos e Despesas Indedutíveis	12.161.353	12.161.353
(-) Exclusões	12.334.006	12.585.368
(=) Base de Incidência da Contribuição Social e Imposto de Renda	36.625.510	36.374.148
Contribuição Social e Imposto de Renda no Resultado do Exercício	3.296.296	9.069.537
(-) Incentivo Fiscal de Dedução do Imposto	-	427.891
Contribuição Social e Imposto de Renda no Resultado do Exercício	3.296.296	8.641.646

15. JUROS REMUNERATÓRIOS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O montante de R\$ 5.818.356 (R\$ 4.333.753 em 2012) refere-se ao crédito para os acionistas a título de remuneração do capital próprio (JCP) no período de janeiro a novembro de 2013. O valor foi calculado pela Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) sobre o patrimônio líquido ajustado nos termos da legislação vigente e da decisão da diretoria da Companhia.

A remuneração do capital próprio (JCP) constituído no exercício de 2012 foi incorporada à reserva de capital para futuro aumento de capital, conforme determinação constante na 50ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) em 25/04/2013.

16. DEPÓSITOS EM CAUÇÃO

A Companhia recebe cauções como garantia de contrato, cujos valores são corrigidos à taxa de juros de poupança e devolvidos aos fornecedores no término da vigência do contrato.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$ 83.068.100 (oitenta e três milhões e sessenta e oito mil e cem reais) é representado por 83.068.100 ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 cada, conforme 50ª AGO de 25/04/2013.

17.2 Reserva de Capital

Essa reserva foi constituída pela reversão da remuneração do capital próprio (JCP) no valor de R\$ 4.333.753 (quatro milhões trezentos e trinta e três mil setecentos e cinquenta e três reais), conforme determinação constante na 50ª Assembleia Geral Ordinária em 25/04/2013, além do saldo remanescente de anos anteriores no valor de R\$ 207.687 de incentivos fiscais.

17.3 Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

17.4 Dividendos

De acordo com o art. 46 do Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado, de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício de 2013, conforme determinação constante na 50ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) foi efetuada a reversão dos dividendos no valor de R\$ 10.349.126 (dez milhões trezentos e quarenta e nove mil cento e vinte e seis reais).

Os dividendos, registrados no passivo, foram calculados como segue:

	2013	2012
Lucro Líquido do Exercício	24.860.221	43.575.270
Reserva Legal (5%)	1.243.011	2.178.764
Dividendos (25%)	5.904.302	10.349.126

17.5 Reserva de Lucros

Constituída, de acordo com o art. 199 da Lei nº 11.638/07, para futuro aumento de capital no valor de R\$ 59.116.367 (R\$ 48.261.662 em 2012).

18. PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos, constituída pela Portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social em 26 de novembro de 1996, denominada Previcel – Previdência Privada da Celepar, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus funcionários e participantes, por meio do plano de benefício definido e do plano de contribuição definida.

19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os custos dos benefícios oferecidos pela Companhia em sua maioria são compartilhados com os funcionários tais como: Plano de Saúde, Previdência Privada, Vale-Transporte, Programa de Alimentação do Trabalhador, Auxílio Educação, Auxílio Funeral, Auxílio Portador de Deficiência.

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

20. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente.

21. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Do montante de receitas financeiras, R\$ 1.647.863 se refere aos juros sobre aplicações financeiras (nota 4). Do montante de despesas financeiras, R\$ 5.831.457 são referentes aos Juros sobre Remuneração do Capital Próprio (JCP).

22. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As contas da Companhia foram aprovadas por unanimidade na 169ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal.

Conselho de Administração:

Cássio Taniguchi
Conselheiro

Jacson Carvalho Leite
Conselheiro

Jozélia Nogueira
Conselheira

Vanderlei Norberto Rebelo
Conselheiro

Ricardo Vinicius Cuman
Conselheiro

Edson Luiz Casagrande
Conselheiro

Tânia Volkmann
Conselheiro

Diretoria Executiva:

Jacson Carvalho Leite
Diretor Presidente

Lúcio Alberto Hansel
Diretor Administrativo Financeiro

Luiz Fernando Ballin Ortolani
Diretor de Operações

José Juracy Macedo
Diretor de Desenvolvimento

Danilo Scalet
Diretor de Tecnologia da Informação

Luiz Carlos Nunes
Diretor Jurídico

Walmour Cornélio dos Santos
Contador
CRC/PR nº 31.217/O-0



RUSSELL BEDFORD BRASIL

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná -
CELEPAR
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis, com base em nossa auditoria, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia de Tecnologia da

RAI 1-04/14 OS Nº 3649
Formulário RAU 03

2

RUSSELL BEDFORD BRASIL - AUDITORES INDEPENDENTES
Rua Mateus Leme, 2004 Térreo Curitiba PR CEP 80530 010
Fone: (41) 3350-6000 Fax: (41) 3350-6101
www.rbai.com.br





RUSSELL BEDFORD BRASIL

Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

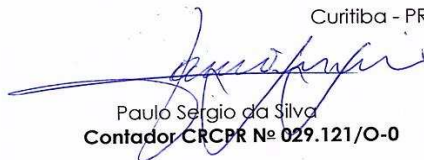
Conforme pode ser observado na nota 9, a Companhia continuou considerando, de maneira geral, as taxas de depreciação admitidas pela legislação tributária sem a prática de revisão periódica das estimativas de vida útil e determinação de valor residual, que são fundamentais para definição do montante a ser depreciado segundo a NBC TG 27 – ativo imobilizado.

Conforme mencionado na nota 19, a Companhia concede diversos benefícios aos seus empregados, incluindo aposentados, cuja provisão correspondente não está refletida nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013, o que não se coaduna com a NBC TG 33 – Benefícios a Empregados, sendo que não foi possível determinar eventuais ajustes que teriam sido necessários às demonstrações contábeis.

Opinião com ressalvas

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo sobre a base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba - PR, 10 de abril de 2014.



Paulo Sergio da Silva
Contador CRCPR Nº 029.121/O-0



João Raimundo Klein
Contador CRCRS Nº 041.070/O-3 S-PR

RUSSELL BEDFORD BRASIL – AUDITORES INDEPENDENTES
CRCPR Nº 002.906/O-5

RAI 1-04/14 OS Nº 3649
Formulário RAU 03

3

RUSSELL BEDFORD BRASIL - AUDITORES INDEPENDENTES
Rua Mateus Leme, 2004 Térreo Curitiba PR CEP 80530 010
Fone: (41) 3350-6000 Fax: (41) 3350-6101
www.rbai.com.br



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, em obediência às disposições legais que regem as Sociedades Anônimas, examinou toda a documentação representativa das operações realizadas no exercício de 2013, bem como sua escrituração, inventário e balanço patrimonial acompanhado das respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e notas explicativas anexas e, considerando o parecer dos Auditores Independentes, emitido em 10 de abril de 2014, é de parecer que estes documentos refletem a situação exata da Companhia, estando em condições de serem submetidos à deliberação da Assembléia Geral Ordinária.

Curitiba, 25 de abril de 2014.

Ass.

Gustavo Swain Kfourri

Jaime Kiochi Nakano

Marcos Elias Traad da Silva